

Althaisa S.A.
Indústria
Farmacêutica

**Demonstrações financeiras em
31 dezembro de 2020, 2019 e 2018 e
relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	12
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

Apresentamos os resultados do ano de 2020 da Althaia orgulhosos do trabalho realizado por todos na Companhia, uma vez que, por mais um ano consecutivo, alcançamos resultados positivos e crescentes, atingindo nossa meta. O nosso desempenho esteve fortemente alinhado à nossa visão de futuro, explícita em nosso Planejamento Estratégico, e refletiu nosso compromisso de fazer bem feito, com paixão, respeito, agilidade e responsabilidade.

Encerramos o ano com receita operacional líquida de R\$ 276,9 milhões, o que representa crescimento de 31,53% em relação ao ano anterior. O espírito de servir, enraizado em nosso DNA, é o motor que faz a diferença. Com foco, consolidamos nossa presença nos clientes os quais já atuávamos e, concomitantemente, desenvolvemos novas parcerias e entramos em novos clientes. Com todos esses esforços, nosso lucro líquido em 2020 atingiu R\$ 48,9 milhões.

Buscamos também a reinvenção por meio do desenvolvimento e execução de processos definidos e estruturados, automação dos processos, inovação no desenvolvimento de soluções e busca contínua pelo novo.

Planejamento Estratégico: crescimento orgânico com rentabilidade, diversificação e capilaridade. Ao mesmo tempo, mantivemos alta taxa de retenção de clientes no ano. Em 2020, ocorreram ainda relevantes mudanças societárias com objetivo de simplificação da estrutura do grupo.

Nossa filosofia é de inconformismo com o atual e a busca contínua pelo aperfeiçoamento, de modo que hoje nossos produtos e serviços sejam sempre melhores do que ontem. Nós estamos constantemente competindo com nós mesmos, revendo processos e buscando inovação para entregar mais e melhor. O que mais nos orgulhamos é que o exercício realizado em 2020 nos deixou ainda mais sólidos. Olhamos para o futuro e vemos um horizonte de opções e soluções, e isso nos enche de motivação e inspiração. Para tornar esse futuro cada vez mais próximo, sabemos que o pilar humano é o mais importante.

Reestruturação societária

Em 26 de novembro de 2020, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. (“VPIP”),

Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 • Atibaia | SP
CEP: 12952 820
Telefone: (11) 4417 • 7500

Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756
Jd. Maria Luiza • São Paulo | SP
CEP: 05564 000
Telefone: (11) 3732 • 2660

Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100
Bairro Mirante do Paraíso • Pouso Alegre | MG
CEP: 37550 000
Telefone: (35) 3187 • 0910

até então controladora. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora.

Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Value Pharma Investimentos e Participações S.A. - VPIP por participação societária direta no capital social da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. - VPIP

Esta reestruturação societária promoveu uma simplificação operacional que corrobora com a otimização de processos, uma premissa presente em todas as decisões estratégicas da companhia.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional Líquida

Seguindo preceito básico adotado pela Companhia, de sempre buscar o crescimento dos negócios, e em linha com as diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, a Companhia manteve a receita operacional líquida em expansão no exercício de 2020, cumprindo a meta interna de crescimento, a despeito do cenário econômico atual. O desempenho da Companhia proporcionou receita líquida de R\$ 276,9 milhões no ano, superando em 31,53% o registrado no ano anterior (R\$ 210,6 em 2019 e R\$120,1 em 2018).

Lucro Bruto

Embora a Companhia tenha apresentado crescimento importante da receita líquida em 2020 em relação ao exercício anterior, houve significativo impacto na evolução dos Custos das vendas e serviços prestados, uma vez que a variação cambial tem efeito direto no custo dos estoques da Companhia, pois parte importante de seus insumos farmacêuticos possuem origem no exterior e são negociados em moeda estrangeira, o que resultou em um aumento na participação do custo das vendas e serviços prestados em relação a receita líquida, de 42,79% em 2020 comparado a 47,07% em 2019. Significa dizer que se o câmbio estivesse nos mesmos patamares do período anterior o crescimento do lucro bruto poderia ter sido mais acentuado. O desempenho resultou no lucro bruto de R\$ 158,4 milhões em 2020, 42,16% superior ao registrado em 2019. A margem bruta obtida, de 57,21%, representa aumento de 4,28 ponto percentual sobre a do ano anterior.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais na Companhia são representadas, em sua maior parte, pelas despesas gerais e administrativas (DGA). Em 2020, esse grupo de despesas somou R\$ 55,1 milhões, respondendo por 62,88% do total das despesas operacionais. Comparado ao registrado em 2019, as DGA apresentaram alta de 60,67%, em razão da maior estrutura necessária para dar suporte ao crescimento dos negócios. As despesas com vendas totalizaram R\$ 6,1 milhões no ano, mantendo-se estáveis ao avaliar o mesmo período de comparação, a despeito da forte atividade comercial realizada, com aumento do número de vendas. O investimento em pesquisa e desenvolvimento continuou robusto, de forma que as despesas incorridas em P&D somaram R\$26,1 milhões, representando 9,42% da receita líquida. Importante ressaltar que para o ano de 2020 a Companhia trabalhou no desenvolvimento de produtos com mensurável realização, o que permitiu que parte do gasto incorridos puderam ser capitalizados no ativo intangível da Companhia, no montante de R\$7,6 milhões. O desempenho da conta evidencia a forte gestão exercida em termos de controle

Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 • Atibaia | SP
CEP: 12952 820
Telefone: (11) 4417 • 7500

Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756
Jd. Maria Luiza • São Paulo | SP
CEP: 05564 000
Telefone: (11) 3732 • 2660

Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100
Bairro Mirante do Paraíso • Pouso Alegre | MG
CEP: 37550 000
Telefone: (35) 3187 • 0910

de despesas. Comparado ao desempenho do exercício anterior, a conta apresentou alta de 8,05%, evolução inferior à registrada na receita líquida no mesmo período (31,53%), proporcionando maior diluição dessas despesas.

EBITDA

A geração operacional de caixa através do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 76,4 milhões em 2020, com margem sobre a receita líquida de 27,58%, o que indica alta de 63,80% e 5,44 pontos percentuais, respectivamente, comparado ao desempenho de 2019.

R\$ milhões	2020	2019	Var. % 2020 x 2019	2018
Lucro antes IR, CS e Resultado Financeiro	70,8	42,4	66,9%	17,5
(+) Depreciação e Amortização	5,5	4,2	30,9%	2,1
Ebitda	76,4	46,6	63,80%	19,6
Margem Ebitda (%)	27,6%	22,1%	5,44 p.p.	16,3%
Fluxo de caixa das operações (FCO)	19,1	(11,4)	268%	(3,7)
Fluxo de caixa dos investimentos (FCI)	(42,1)	(5,4)	-679,6	(7,5)
Fluxo de caixa dos financiamentos (FCF)	31,8	18,8	69,3%	11,0
Taxa de conversão de Ebitda em Caixa (FCO/ EBITDA)	25,0%	-24,4%	49,5 p.p.	-18,8%

Resultado Financeiro

As receitas financeiras em 2020 totalizaram R\$ 1,2 milhões, o que representa alta de 352,09% (R\$ 0,9 milhão) em relação ao registrado no exercício anterior. A evolução se deve, principalmente, ao ganho com instrumentos financeiros derivativos (swap) e à maior receita com juros recebidos de aplicações financeiras, a despeito da taxa média no mercado local ter apresentado contração em relação ao praticado em 2019. O incremento nessa conta está relacionado ao maior volume financeiro médio aplicado no decorrer de 2020, dado o crescimento dos negócios e, portanto, também do fluxo de caixa. O Resultado Financeiro líquido, no entanto, foi influenciado pelo aumento das despesas financeiras, que passaram de R\$ 11,1 milhões em 2019, para R\$ 16,9 milhões em 2020.

Lucro Líquido

Em 2020, a Companhia obteve aumento da receita e manteve a firme gestão sobre seus custos e despesas operacionais. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 48,9 milhões, com margem de 17,66%.

Endividamento

No encerramento do exercício de 2020 a Companhia registrava dívida bruta de R\$ 201,9 milhões, com aumento de R\$ 75,3 milhões, 59,69% em relação à posição verificada em 2019. Considerando o saldo em caixa e equivalentes ao final de 2020, a Companhia encerrou o exercício com dívida líquida de R\$ 190,7 milhões, superior em R\$ 66,6 milhões à apurada na mesma data do ano anterior.

Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 - Atibaia | SP
CEP: 12952 820
Telefone: (11) 4417 - 7500

Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756
Jd. Maria Luiza - São Paulo | SP
CEP: 05564 000
Telefone: (11) 3732 - 2660

Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100
Bairro Mirante do Paraíso - Pouso Alegre | MG
CEP: 37550 000
Telefone: (35) 3187 - 0910

Investimentos em desenvolvimentos de produtos

Desde o início de nossas atividades realizamos vários investimentos com o propósito de sermos um “player” importante no seguimento de saúde. Neste prisma, o investimento na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos se faz como um dos pilares fundamentais do crescimento da Companhia. Pretendemos possuir um portfólio relevante de produtos farmacêuticos. Atualmente temos registrados 35 (trinta e cinco) produtos entre genéricos e similares, sendo que, 22 (vinte e dois) já estão em comercialização e mais 03 (três) produtos já aprovados que estão em viabilidade para início de comercialização. Além desses há ainda outros 5 (cinco) produtos aguardando o deferimento por parte da ANVISA e mais 10 (dez) produtos em desenvolvimento.

Na linha de nutracêuticos (complementos alimentares) possui atualmente 34 (trinta e quatro) produtos no portfólio, e há ainda produtos em diversas etapas de desenvolvimento que deverão ser lançados nos próximos anos.

Investimentos em CAPEX

Faz parte do planejamento estratégico da Companhia o investimento em uma nova planta industrial, para suportar a capacidade de produção exigida para cumprimento dos crescimentos projetados. Esta nova planta industrial será estabelecida em Minas Gerais, um Estado de posição estratégica e que corrobora com o avanço da Companhia pelo território nacional. Esta futura unidade, além de suportar o crescimento das vendas, será fonte de novos empregos diretos e indiretos na região que for constituída, o que vai de encontro com o propósito da Companhia de gerar oportunidades para as comunidades onde estiver estabelecida.

Recursos humanos

Um dos pilares estruturais da Althaia é o pilar Pessoas, nosso principal ativo. Perseveramos na crença do poder transformador da contribuição do potencial humano para o futuro da nossa organização. Por esse motivo, desde o princípio temos a preocupação em atrair e reter talentos, selecionando profissionais no mercado dispostos a participar da construção de um grande sonho. Temos na empresa um Programa de Desenvolvimento da Liderança, alinhamento de propósito e valores da Companhia, através de treinamentos com consultoria especializadas e modernas em Gestão e Liderança.

Temos o programa Sugira, um canal direto onde os colaboradores podem sugerir ideias e melhorias que promovam: aumento de produtividade; melhoria da qualidade dos produtos; melhoria dos processos; melhoria no ambiente de trabalho; redução de custos.

Estamos também aprimorando a nossa Filosofia de Gestão de pessoas, através da metodologia de gestão pela CONTRIBUIÇÃO, acreditamos que através da valorização das pessoas revolucionamos os resultados. Vamos construir juntos, a melhor versão da nossa empresa, numa busca constante da convergência de propósito entre companhia e colaboradores.

Na área social, estimulamos a contribuição dos colaboradores através do Programa de Voluntariado Estruturado, administrado pelo projeto Geração de Valor. O Geração de Valor tem sido responsável por apoiar as comunidades, principalmente as que estão localizadas nas proximidades das unidades da empresa, beneficiando famílias em estado de vulnerabilidade, por meio de doações fixas mensais, realizadas às instituições como Lar Itatibense da Criança – “Projeto Crê-Ser”, Lar Eduardo Ferrara (Jarinu/SP), ONG’s, como Coração Curumim (Campinas/SP) e Jardim das Borboletas (Caculé/BA), e ainda, realizando doações de incentivo aos esportistas em início de carreira e apoio educacional, através de bolsa de estudos, para jovens

Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 • Atibaia | SP
CEP: 12952 820
Telefone: (11) 4417 • 7500

Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756
Jd. Maria Luiza • São Paulo | SP
CEP: 05564 000
Telefone: (11) 3732 • 2660

Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100
Bairro Mirante do Paraíso • Pouso Alegre | MG
CEP: 37550 000
Telefone: (35) 3187 • 0910

em situação de vulnerabilidade. Além das ações fixas, há também doações através de ações sociais pontuais para Instituições Assistenciais, Casas de Repouso e Asilos, que possibilitam o atendimento de um grande número de famílias necessitadas em diversas comunidades, principalmente no Estado de São Paulo e na localidade de Pouso Alegre/MG. Para tanto, ficou definido no próprio Estatuto Social da companhia, desde 2018, a destinação de 5% do resultado do período para atividades sociais, educacionais e apoio aos esportistas em início de carreira, como forma de agradecer e retribuir para a sociedade tudo o que ela vem proporcionando à empresa. Ainda, na Companhia é mantido o programa de Menor Aprendiz, que recruta jovens que estão em busca de ingressar no mercado de trabalho por meio de instituições que oferecem cursos técnicos profissionalizantes.

Todas as ações acima citadas convergem para o objetivo de criar uma Companhia eficiente, mas também agradável para se trabalhar, gerando um clima em que as pessoas sintam orgulho de pertencer e com um propósito claro para sua existência.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

A Administração

Unidade Atibaia

Av. Tégula, 888 - Brazilian Business Park
Rodovia Dom Pedro I, Saída 88 • Atibaia | SP
CEP: 12952 820
Telefone: (11) 4417 • 7500

Unidade São Paulo

Av. Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 2756
Jd. Maria Luiza • São Paulo | SP
CEP: 05564 000
Telefone: (11) 3732 • 2660

Unidade Pouso Alegre

Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, 100
Bairro Mirante do Paraíso • Pouso Alegre | MG
CEP: 37550 000
Telefone: (35) 3187 • 0910



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Atibaia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita na venda de produtos

Veja a Nota 25 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, do revestimento, da comercialização, da promoção e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente.

O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício.

Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos.

Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente.
- Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício, de maneira a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expectativa de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma.
- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Balço patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	2018	Passivo	Nota	2020	2019	2018
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	11.227	2.305	304	Fornecedores e outras contas a pagar	17	35.072	22.472	15.514
Contas a receber de clientes	9	78.998	53.094	25.166	Passivo de arrendamento	18	1.969	1.423	-
Estoques	10	64.030	39.481	20.250	Empréstimos e financiamentos	19	73.675	40.021	37.275
Adiantamentos a fornecedores	11	11.150	2.324	946	Instrumentos financeiros derivativos	29	216	329	136
Impostos a recuperar	12	1.735	975	1.151	Obrigações trabalhistas	20	4.987	4.406	3.615
Instrumentos financeiros derivativos	29	347	-	-	Obrigações fiscais	21	5.418	2.692	1.520
Outros créditos		1.344	1.514	1.182	Imposto de renda e contribuição social a pagar	28	9.873	4.193	1.917
Total do ativo circulante		168.831	99.693	48.999	Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	2.544	1.383	1.952
					Dividendos a pagar	24.e	1.253	-	-
					Contas a pagar de aquisições de ativos		1.875	-	-
					Outros passivos		1.976	429	993
					Total do passivo circulante		138.858	77.348	62.922
Não circulante					Não circulante				
Impostos a recuperar	12	7.402	3.895	292	Passivo de arrendamento	18	6.953	7.129	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	18.310	18.016	17.607	Empréstimos e financiamentos	19	75.490	54.554	27.884
Instrumentos financeiros derivativos	29	563	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	29	-	240	375
Outros créditos		564	25	43	Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	3.226	3.020	4.003
Total do ativo realizável a longo prazo		26.839	21.936	17.942	Contas a pagar de aquisições de ativos		3.906	-	-
					Provisão para demandas judiciais	23	1.225	777	695
					Outros passivos		846	128	125
					Total do passivo não circulante		91.646	65.848	33.082
Imobilizado	15	56.700	21.912	19.142	Patrimônio líquido	24			
Direito de uso	18	8.184	8.202	-	Capital social		3.920	46.736	8.783
Intangível	16	8.172	426	381	Reserva de capital		-	-	18.753
		73.056	30.540	19.523	Reserva de lucros		34.302	7.530	-
					Prejuízo acumulado		-	(45.293)	(37.076)
Total do ativo não circulante		99.895	52.476	37.465	Total do patrimônio líquido		38.222	8.973	(9.540)
Total do ativo		268.726	152.169	86.464	Total do passivo e patrimônio líquido		268.726	152.169	86.464

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Receita	25	276.969	210.581	120.066
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	<u>(118.513)</u>	<u>(99.119)</u>	<u>(54.782)</u>
Lucro bruto		<u>158.456</u>	<u>111.462</u>	<u>65.284</u>
Despesas com vendas	26	(6.122)	(5.666)	(2.688)
Despesas gerais e administrativas	26	(55.098)	(34.292)	(22.658)
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	26	(1.838)	148	(2.424)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	26	(26.104)	(29.346)	(22.049)
Outras receitas operacionais líquidas		<u>1.543</u>	<u>152</u>	<u>2.014</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>70.837</u>	<u>42.458</u>	<u>17.479</u>
Receitas financeiras	27	1.189	263	167
Despesas financeiras	27	<u>(16.956)</u>	<u>(11.061)</u>	<u>(11.362)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(15.767)</u>	<u>(10.798)</u>	<u>(11.195)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>55.070</u>	<u>31.660</u>	<u>6.284</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(6.453)	(4.519)	(2.847)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	<u>294</u>	<u>141</u>	<u>(3.133)</u>
Impostos		<u>(6.159)</u>	<u>(4.378)</u>	<u>(5.980)</u>
Lucro líquido		<u><u>48.911</u></u>	<u><u>27.282</u></u>	<u><u>304</u></u>
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores		<u>48.911</u>	<u>27.282</u>	<u>304</u>
Lucro líquido		<u><u>48.911</u></u>	<u><u>27.282</u></u>	<u><u>304</u></u>
Resultado por ação				
Resultado por ação – básico		1,6	0,9	0,1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Lucro líquido	<u>48.911</u>	<u>27.282</u>	<u>304</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>48.911</u></u>	<u><u>27.282</u></u>	<u><u>304</u></u>
Resultado abrangente atribuído aos:			
Acionistas controladores	<u>48.911</u>	<u>27.282</u>	<u>304</u>
Resultado abrangente total	<u><u>48.911</u></u>	<u><u>27.282</u></u>	<u><u>304</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Patrimônio de empresas sob controle comum	Reserva de lucros				Patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro 2018	8.783	-	-	-	-	(24.635)	(15.852)
Efeito da reorganização societária da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda.	1.1.a	-	18.753	-	-	-	18.753
Efeito da reorganização societária da Value Pharma Investimentos e Participações S.A	1.1.b	-	-	-	-	(11.848)	(11.848)
Saldo em 1º de janeiro 2018 ajustado pelo efeito da reorganização societária	8.783	18.753	-	-	-	(36.483)	(8.947)
Efeito da reorganização societária da Value Pharma Investimentos e Participações S.A	-	-	-	-	-	(897)	(897)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	304	304
Saldo em 31 de dezembro 2018	8.783	18.753	-	-	-	(37.076)	(9.540)
Efeito da reorganização societária da Value Pharma Investimentos e Participações S.A	1.1.b	-	-	-	-	(8.769)	(8.769)
Efeito da reorganização societária da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda	1.1.a	37.953	(18.753)	-	-	(19.200)	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	27.282	27.282
Destinações:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	7.530	-	(7.530)	-
Saldo em 31 de dezembro 2019	46.736	-	-	7.530	-	(45.293)	8.973
Efeitos de incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A.	1.1.b	6.297	-	-	-	-	6.297
Efeito da reorganização societária - eliminação dos saldos entre partes relacionadas após incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A.	1.1.b	-	-	-	-	(14.577)	(14.577)
Integralização de capital por meio de reserva de incentivo fiscal	24.a	7.530	-	-	(7.530)	-	-
Redução do capital para absorção de prejuízos acumulados	24.a	(56.643)	-	-	-	56.643	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	48.911	48.911
Destinações:							
Reserva Legal	24.c	-	-	784	-	(784)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	24.b	-	-	-	20.233	(20.233)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24.e	-	-	-	-	(6.974)	(6.974)
Dividendos adicionais	24.e	-	-	-	-	(4.408)	(4.408)
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.d	-	-	-	-	13.285	(13.285)
Saldo em 31 de dezembro 2020	3.920	-	784	20.233	13.285	-	38.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		48.911	27.282	304
Ajustes para:				
Provisão para perda esperada do contas a receber de clientes	9	1.813	(324)	2.424
Depreciações e amortizações	25	5.553	4.176	2.153
Encargos financeiros	27	12.180	8.149	6.668
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		79	369	569
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	28	6.453	4.519	2.847
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(294)	(141)	3.133
Provisão para processos judiciais	23	448	82	68
Ajuste ao valor realizável de estoque	10	4.392	(677)	(1.697)
Baixa do ativo imobilizado		443	315	268
(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativo operacionais				
Contas a receber		(27.715)	(27.603)	(4.459)
Adiantamentos a fornecedores		(6.417)	(1.377)	250
Impostos a recuperar		(4.261)	(3.428)	221
Estoques		(28.900)	(18.553)	(9.685)
Outros créditos		(344)	(583)	157
Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar		12.577	6.959	5.892
Impostos e contribuições		2.720	1.172	(2.232)
Obrigações trabalhistas		581	791	888
Parcelamentos fiscais		1.367	(1.552)	(2.410)
Outras obrigações		(869)	(558)	(1.155)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		28.717	(982)	4.204
Juros pagos		(8.799)	(8.156)	(6.660)
Impostos pagos sobre o lucro	28	(773)	(2.242)	(1.223)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		19.145	(11.380)	(3.679)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	15	(34.228)	(5.285)	(7.052)
Aquisição de intangível	16	(7.840)	(148)	(408)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(42.068)	(5.433)	(7.460)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19	114.463	156.209	48.903
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(63.245)	(127.331)	(36.916)
Pagamento de passivo de arrendamento	18b	(1.666)	(985)	-
Pagamento de instrumentos financeiros		(1.342)	(311)	(58)
Pagamento de dividendos	24.e	(1.788)	-	-
Efeito da reorganização societária - eliminação dos saldos entre partes relacionadas após incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A.	1.1.b	(14.577)	(8.769)	(897)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		31.845	18.813	11.032
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		8.922	2.000	(107)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.305	304	412
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		11.227	2.304	305
Transações que não envolveram caixa				
Adições ao imobilizado pagas à prazo	15	-	538	851
Direito de uso e passivo de arrendamento	18	1.735	2.021	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Receitas	330.670	239.196	138.640
Venda de produtos e serviços	358.611	256.652	153.351
Abatimentos e devoluções	(27.722)	(18.092)	(14.268)
Outras receitas operacionais	1.619	488	1.981
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.838)	148	(2.424)
Insumos adquiridos de terceiros	(139.688)	(115.642)	(73.000)
Custos das vendas dos serviços	(101.261)	(85.513)	(42.387)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.970)	(30.953)	(32.628)
Perda/recuperação de valores ativos	1.543	824	2.015
Valor adicionado bruto	190.982	123.554	65.640
Depreciação e amortização	(5.553)	(4.176)	(2.153)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	185.429	119.378	63.487
Valor adicionado recebido em transferência	1.189	263	167
Receitas financeiras	1.189	263	167
Valor adicionado total a distribuir	186.618	119.641	63.654
Distribuição do valor adicionado	186.618	119.641	63.654
Pessoal e encargos	52.187	38.973	24.810
Remuneração	37.437	25.726	15.119
Benefícios	12.199	10.751	7.760
FGTS	2.551	2.496	1.931
Impostos taxas e contribuições	64.622	39.528	24.997
Federal	33.362	18.600	13.944
Estadual	31.204	20.818	10.988
Municipal	56	110	65
Remunerações de capitais de terceiros	20.898	13.858	13.543
Juros	9.073	10.864	10.997
Aluguéis	3.943	2.796	2.181
Variação cambial, monetária e outras	7.882	198	365
Remunerações de capitais próprios	48.911	27.282	304
Dividendos	11.382	-	-
Lucros retidos	37.529	7.530	-
Absorção de prejuízos	-	19.752	304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”, “Althaia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede na cidade de Atibaia – SP, Avenida Tégula, nº 888, Edifício Topázio, módulo 15, no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. A Companhia está envolvida primariamente no desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos genéricos.

A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, oletéticos, edulcorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos.

A Companhia ainda presta serviços para terceiros pertinentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral.

O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre).

A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas.

a. Síntese das reorganizações societárias nos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras

a.1 Incorporação reversa da Value Pharma Participações S.A. pela Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Em 27 de novembro de 2019, como parte da reorganização societária entre sociedades sob controle comum, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Value Pharma Participações S.A. (“adquirida”), anteriormente controladora direta da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“adquirente”), nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora, Althaia, tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original.

Como a adquirida era uma holding por natureza e suas operações estavam limitadas a equivalência patrimonial da Althaia, a incorporação não trouxe impactos significativos nos registros contábeis e posição financeira e operacional da Companhia. Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Value Pharma Investimentos e Participações S.A. – VPIP por participação societária direta no capital social da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. – VPIP.

a.2 *Incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda pela Althaia S.A. Indústria Farmacêutica*

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia incorporou o acervo líquido da parte relacionada e empresa irmã sob controle comum, Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda (“Equaliv”), cuja unidade de negócio tem atuação no mercado de nutracêuticos (suplementos alimentares), sendo uma linha dentro do segmento farmacêutico voltada à prevenção de doenças. O propósito da incorporação é de ampliação do portfólio da Companhia, com a ampliação do alcance do negócio como um todo, atuando em ambos mercados, de prevenção e de tratamento.

Como resultado, a Companhia incorporada, Equaliv, foi extinta e a adquirente, Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, passou a ser sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no mesmo local.

Para o propósito dessas demonstrações financeiras, os ativos, passivos e transações da Companhia incorporada, Equaliv, foram retrospectivamente combinadas a custo histórico. Mais detalhes das incorporações e efeitos nas demonstrações financeiras na nota 1.1.

a.3 *Incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. pela Althaia S.A. Indústria Farmacêutica*

Em 26 de novembro de 2020, como parte da reorganização societária entre sociedades sob controle comum, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. (“adquirida”), anteriormente controladora direta da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“adquirente”), nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a Companhia incorporada Value Pharma Investimentos e Participações S.A. (“VPIP”) foi extinta de pleno direito e a incorporadora, Althaia, tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original.

Mais detalhes das incorporações e efeitos nas demonstrações financeiras na nota 1.1.

b. COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Corona vírus (“COVID 19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A Companhia adotou medidas para a mitigação dos impactos da pandemia da COVID-19, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, com o objetivo de proteger seus colaboradores e evitar desabastecimento no Brasil de medicamentos. Foi criado um comitê técnico de crise interdisciplinar com reuniões periódicas para monitoramento da evolução da pandemia e que inclui diferentes profissionais da saúde.

A sua atividade é considerada essencial pelas autoridades de saúde e desde o início da pandemia a Companhia continua operando regularmente, com pleno funcionamento de sua produção, logística, cadeia de suprimentos e escritórios, ainda que temporariamente e parcialmente em regime de trabalho remoto. Até o presente momento, não houve nenhuma alteração em sua programação de produção, operação e comercialização, no entanto, a Administração entende que a Companhia está exposta aos riscos operacionais e de mercado relacionados à pandemia, principalmente: (i) variações cambiais sobre ativos e passivos expostos; (ii) eventuais impactos em sua cadeia de suprimentos; e (iii) possíveis problemas de crédito junto a clientes. A Companhia não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19, dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. Quanto aos estoques, não são observadas perdas significativas uma vez que a demanda dos nossos produtos indicados para o tratamento de outras doenças continua alta e diante da crise da pandemia COVID-19 se observa uma demanda ainda mais alta, comparada à períodos anteriores, sobre produtos relacionados à imunidade, que são nossos nutracêuticos, como Vitamina D, Vitamina C, Ômega, entre outros. Adicionalmente observa-se uma alta demanda do produto NITAZOXANIDA, molécula mapeada e testada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (“MCTI”) e aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) no tratamento precoce da doença COVID-19.

Até a data desse relatório, não houve impactos significativos na cadeia de suprimentos. No caso da variação cambial a Companhia analisa periodicamente formas de proteção por instrumentos financeiros a novas oscilações do câmbio a serem implementadas caso necessário. Ver detalhes sobre a exposição a riscos cambiais na nota explicativa nº 29. A Companhia possui disponibilidade em caixa em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 11.227 e naquela data ativos circulantes superam passivos circulantes em R\$ 29.973, para suportar o curso normal dos negócios da Companhia.

1.1 Reorganização societária

a. Incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda pela Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Em 31 de dezembro de 2019, como parte da reorganização societária entre sociedades sob controle comum, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. (anteriormente controlada pela Value Pharma Investimentos e Participações S.A.), nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora, Althaia, tornou-se sua sucessora, exercendo as mesmas atividades no logradouro original.

O acervo líquido da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. foi avaliado com base no valor contábil de 31 de outubro de 2019, no valor de R\$ 37.953, conforme laudo de avaliação emitido por companhia especializada independente. O montante referido foi base para o aumento de capital na Althaia na data do evento de incorporação em 31 de dezembro de 2019. O acervo líquido na data do evento de incorporação no montante de R\$ 39.826 e a variação entre o acervo líquido conforme laudo de avaliação e o acervo líquido na data do evento foi registrado diretamente no patrimônio líquido. Veja a composição do acervo líquido incorporado na data do evento:

	Acervo líquido: Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda
Em milhares de reais:	
Caixa e equivalentes de caixa	183
Contas a receber	23.998
Estoques	6.891
Adiantamentos	54
Impostos a recuperar	350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	268
Mútuos com partes relacionadas	25.788
Imobilizado	1.253
Direito de uso	4.074
Intangível	65
Fornecedores	(4.073)
Passivo de arrendamento	(4.215)
Empréstimos e financiamentos	(10.083)
Obrigações trabalhistas	(133)
Impostos, taxas e contribuições	(1.152)
Parcelamentos fiscais	(3.240)
Outros débitos	(201)
Provisões	(1)
	39.826
Acervo líquido na data do evento 31/12/2019	39.826
Capital social determinado com base no acervo de 31/10/2019	37.953
Variação patrimonial do acervo líquido até a data evento	1.873

b. Incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. pela Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Em 26 de novembro de 2020, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. (“VPIP”), até então controladora, nos termos do Protocolo e Justificação para Incorporação. Como resultado, a incorporada foi extinta de pleno direito e a incorporadora tornou-se sua sucessora.

Por se tratar de uma incorporação reversa, a operação resultou na troca da participação societária detida pelos acionistas na Value Pharma Investimentos e Participações S.A. - VPIP por participação societária direta no capital social da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, mantendo-se, para tanto, a mesma proporção por eles detidas no capital social da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. - VPIP

O acervo líquido da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. – VPIP foi avaliado pelo valor contábil em 26 de novembro de 2020, no valor negativo de R\$ 29.794, conforme laudo de avaliação emitido por companhia especializada independente. Para fins da incorporação reversa, foram eliminados os mútuos entre a incorporada e a incorporadora. Adicionalmente, como a adquirida (incorporada) era sócia detentora da totalidade das ações da adquirente (incorporadora), e que parte do acervo líquido se refere ao investimento detido pela incorporada na incorporadora, conforme o laudo de avaliação, esse também foi eliminado e não considerado como parte do acervo líquido de R\$ 6.297 incorporado que resultou em aumento de Capital Social na Althaia, como segue:

Em milhares de reais:	Acervo líquido: VPIP
Adiantamento a Funcionários	352
Outros ativos	25
Contas a receber com partes relacionadas - Firstbrand	8.341
Impostos, taxas e contribuições	(6)
Outros passivos	(2.415)
Mútuo a pagar com a incorporadora	<u>(36.091)</u>
Patrimônio líquido negativo	<u>(29.794)</u>
(-) Eliminação de passivos com a incorporadora ¹	<u>36.091</u>
Acervo líquido com terceiros incorporado como capital social	<u>6.297</u>

- (1) Para efeito da contabilidade retrospectiva, os ativos de mútuo da incorporadora com a incorporada foram eliminados no patrimônio líquido em cada exercício correspondente.

c. Demonstrações Comparativas (efeitos da contabilidade retrospectiva)

Como a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, e as entidades incorporadas Value Pharma Participações S.A., Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda e Value Pharma Investimentos e Participações S.A estavam sob controle comum, as demonstrações financeiras comparativas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018 para refletir a posição patrimonial, o lucro líquido, o resultado abrangente, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa dessas companhias.

As demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa incluem as operações combinadas da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica e da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, como segue:

Ativos	01/01/2018 Combinado	31/12/2018 Combinado	31/12/2019	31/12/2020
Althaia	82.873	79.604	173.683	268.726
Equaliv (ativos incorporados)	<u>43.846</u>	<u>43.626</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>126.719</u>	<u>123.230</u>	<u>173.683</u>	<u>268.726</u>
(-) Eliminações VPIP com Althaia/Equaliv	(11.848)	(12.745)	(21.514)	-
(-) Eliminações saldos entre Althaia e Equaliv	<u>(28.924)</u>	<u>(24.021)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de ativos	<u>85.947</u>	<u>86.464</u>	<u>152.169</u>	<u>268.726</u>

Patrimônio líquido	01/01/2018 Combinado	31/12/2018 Combinado	31/12/2019	31/12/2020
Althaia	(15.852)	(19.379)	8.973	38.222
Equaliv (acervo líquido retroativo)	18.753	22.584	-	-
	<u>2.901</u>	<u>3.205</u>	<u>8.973</u>	<u>38.222</u>
(-) Eliminações VPIP com Althaia	(11.848)	(12.745)	-	-
Total do patrimônio líquido	<u>(8.947)</u>	<u>(9.540)</u>	<u>8.973</u>	<u>38.222</u>
	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Resultado do exercício e resultado abrangente	Combinado	Combinado	Combinado	31/12/2020
Althaia	-	(3.925)	9.771	48.911
Equaliv (incorporada)	-	4.229	17.511	-
Total do resultado e resultado abrangente	<u>-</u>	<u>304</u>	<u>27.282</u>	<u>48.911</u>

Os ativos e passivos das companhias Value Pharma Participações S.A. e Value Pharma Investimentos e Participações S.A. com terceiros em 1º de janeiro de 2018, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, e os efeitos nos resultados e fluxos de caixa, considerando as eliminações de investimento e passivos financeiros com a incorporadora, não eram significativos, logo não considerados para fins de contabilidade retrospectiva.

Reconciliação entre o patrimônio líquido da Companhia e o patrimônio combinado com a adoção da contabilidade retrospectiva

Dado que as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas como se a reorganização societária tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018, com a incorporação das companhias Value Pharma Participações S.A., Value Pharma Investimentos e Participações S.A. e Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda., está sendo demonstrada uma reconciliação entre o patrimônio líquido da Companhia e o patrimônio agregado com a incorporada operacional, conforme segue:

	Althaia	Equaliv	VPIP	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(15.852)	18.753	(11.848)	(8.947)
Efeito da reorganização societária da Value Pharma Investimentos e Participações S.A	-	-	(897)	(897)
Resultado do exercício	(3.925)	4.229	-	304
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(19.777)	22.982	(12.745)	(9.540)
Efeito da reorganização societária da Value Pharma Investimentos e Participações S.A	-	-	(8.769)	(8.769)
Resultado do exercício	9.771	17.511	-	27.282
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.006)	40.493	(21.514)	8.973

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). BR GAAP abrange a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de julho de 2021.

A Administração da Companhia afirma que está divulgando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, e correspondem aquelas usadas na gestão do negócio.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 10** – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência.
- **Nota explicativa 14** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

- **Nota explicativa 16** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- **Nota explicativa 25** – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** – mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 10** – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência.
- **Nota explicativa 14** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa 16** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- **Nota explicativa 25** – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas.

Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1 Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2020:

Alterações no CPC 15 (R1)/IFRS 3: Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1)/IFRS 3 esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um “input” – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os “inputs” – entradas de recursos e processos necessários para criar “outputs” – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer outras combinações de negócios.

Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38/IAS 39 e CPC 48/IFRS 9 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2)/ Conceptual Framework: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado trouxe alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas não vigentes em 31 de dezembro de 2020

Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A seguir estão listados os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, e foram objeto de emissão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

IFRS 17 – Contratos de seguros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro – A administração não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) – Demonstrações Consolidadas e Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (a data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)

Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture – A administração não espera que a aplicação dessa norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 3 / CPC 15 – Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações acrescentam declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios – A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

Alteração da contabilização de receita no processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

As alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. A administração ainda está avaliando o impacto da aplicação dessa norma nas demonstrações financeiras.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente.

b. Informação por segmento

A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos.

O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade.

c. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Contas a receber de clientes

Correspondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

e. Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias.

f. Receitas e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Subvenção governamental

É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a utilização do benefício são:

- Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada
- Assume a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS
- Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável.

j. Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3-40 anos
Móveis e utensílios	3-10 anos
Veículos	5-8 anos
Equipamentos de informática	3-10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10-21 anos
Aeronave	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Intangível

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Software	5 anos
Custos com desenvolvimento capitalizados	3 anos

I. Arrendamento mercantil

Anterior a 1º de janeiro de 2019

No início do contrato, a Companhia determinava se ele era ou continha um arrendamento.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, eram registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos eram reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

Novo pronunciamento técnico efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigência a norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Prazo	Taxa incremental	Taxa real
1 ano	10,96%	7,46%
2 anos	11,13%	7,63%
3 anos	12,05%	8,55%
4 anos	12,17%	8,67%
5 anos	12,74%	9,24%
6 anos	12,82%	9,32%
7 anos	13,35%	9,85%
8 anos	13,41%	9,91%
9 anos	13,91%	10,41%
10 anos	13,96%	9,44%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos onde a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Os critérios para provisão do contas a receber são:

- 100% do mercado privado com título vencidas acima de 180 dias;
- 100% dos títulos já protestados;

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do cliente;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor estrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

q. *Mensuração do Valor Justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

s. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	2018
Caixa	35	10	17
Conta corrente	3.619	1.986	254
Aplicações financeiras	7.573	309	33
	11.227	2.305	304

Caixa e equivalentes de caixa são compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações são remuneradas entre 20% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (70%-100% em 2019, 70%-100% em 2018).

9 Contas a receber de clientes

	2020	2019	2018
Contas a receber de clientes	83.195	55.478	27.874
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(4.197)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(2.708)</u>
Total do contas a receber	<u>78.998</u>	<u>53.094</u>	<u>25.166</u>

A análise de vencimento do contas a receber de clientes é como segue:

	2020	2019	2018
A vencer	80.377	50.084	24.637
Vencidos:			
até 30 dias	950	2.418	2.027
entre 31 e 60 dias	84	237	345
entre 61 e 90 dias	74	613	32
entre 91 e 180 dias	826	1.367	126
entre 181 e 360 dias	159	67	210
acima de 360 dias	<u>725</u>	<u>692</u>	<u>497</u>
Saldo final do exercício	<u>83.195</u>	<u>55.478</u>	<u>27.874</u>

a. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	2020	2019	2018
Saldo inicial	(2.384)	(2.708)	(284)
Adições	(3.566)	(223)	(2.575)
Baixas	25	183	151
Reversões	<u>1.728</u>	<u>364</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(4.197)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(2.708)</u>

b. Transferência de contas a receber de clientes

A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Estes contas a receber de clientes não foram desreconhecidos do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja Nota Explicativa nº 19). No vencimento do título, o cliente realiza o pagamento para o banco, o qual encaminha um aviso informando que o título foi pago e baixa o valor da conta vinculada. Em caso de não recebimento, o banco envia um comunicado à Companhia informando o montante em aberto.

As taxas médias anuais de desconto dos títulos cedidos à instituições financeiras foi de 7,44% em 2019 e 11,22% em 2018. Os montantes de recebíveis dados em garantia dessas operações em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.392 e R\$ 2.738 em 2018. Em 31 de dezembro de 2020 nenhum recebível foi descontado em instituições financeiras.

10 Estoques

	2020	2019	2018
Produto acabado	21.207	20.062	9.805
Produto semiacabado	11.098	4.253	3.909
Matéria-Prima	25.528	11.249	3.806
Embalagens	4.874	3.105	2.324
Material de consumo	75	185	120
Importação em andamento	1.248	627	286
Total dos estoques	64.030	39.481	20.250

Em 2020, os valores dos custos de estoque de produtos acabados, semiacabados, matérias-primas e embalagem incluídos no custo das mercadorias e produtos vendidos são R\$ 118.513 (R\$ 99.119 em 2019 e R\$ 54.782 em 2018).

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 4.392 mil (R\$ 677 mil em 2019 e R\$ 1.697 mil em 2018). Essa redução foi reconhecida como despesa em 2020.

O ajuste ao valor realizável é calculado considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos mesmos. Materiais e produtos acabados com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados. Para produtos acabados a companhia adota o critério da expectativa de não realização do estoque em determinados períodos para o vencimento. Assim, produtos acabados com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas, são 100% ajustados como perda. Já aqueles produtos acabados com vencimento entre 6 e 9 meses da validade são considerados de difícil realização, de forma que é ajustada a perda de 60% do seu montante. Produtos acabados com vencimento entre 9 meses a 1 ano, é feito o ajuste de perda de 40% do valor contábil dos itens, tendo em vista o grau de risco identificado para a realização da venda destes estoques.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas.

11 Adiantamentos a fornecedores

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais	2.421	1.123	195
Fornecedores estrangeiros	6.595	638	315
Despachantes	2.134	563	436
	11.150	2.324	946

Adiantamentos à fornecedores estrangeiros são registrados pela taxa de câmbio da data da transação, decorrente da conversão da moeda estrangeira para moeda funcional da Companhia. Tal ativo não monetário é mantido pela taxa histórica posteriormente ao registro inicial, não sofrendo efeitos de variação cambial.

12 Impostos a recuperar

	2020	2019	2018
Circulante			
Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”)	109	183	185
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) (i)	212	385	96
Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”) (ii)	436	205	115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	78	78	68
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (iii)	900	124	287
	<u>1.735</u>	<u>975</u>	<u>1.151</u>
Não circulante			
Antecipação de Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)	167	167	167
ICMS a Recuperar	7.110	3.603	-
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (iii)	125	125	125
	<u>7.402</u>	<u>3.895</u>	<u>292</u>

- (a) Montante referente a ICMS destacado na aquisição de insumos para produção e materiais destinados à incorporação ao produto final, o qual não deve ser integrado ao custo quando recuperável mediante crédito nos livros fiscais pertinentes;
- (b) Valores referentes a pagamentos efetuados em montantes superiores aos devidos originalmente, os quais serão compensados futuramente; e
- (c) PIS, COFINS e CSLL retidos de notas fiscais de prestações de serviço.

13 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Remuneração de dirigentes

A remuneração de dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde e seguro de vida.

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios. Em 2020, a parcela paga pela Companhia foi de R\$ 4.446 mil (R\$ 3.684 mil em 2019, R\$ 3.516 em 2018).

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”)	8.750	13.247	12.946
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	9.560	4.769	4.661
Total do ativo fiscal diferido	<u>18.310</u>	<u>18.016</u>	<u>17.607</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social têm a seguinte origem:

	2020	2019	2018
Diferenças temporárias			
Cut-off de vendas	1.878	1.651	613
Provisão para demandas judiciais	417	264	236
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.427	76	876
Provisão para perda nos estoques	1.586	93	323
Outros	1.102	1.256	247
Total das diferenças temporárias	6.410	3.340	2.295
Prejuízo fiscal e base negativa	11.900	14.676	15.312
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	18.310	18.016	17.607

Movimentação do imposto de renda e contribuição social no período:

	1/1/2018	Efeito resultado	2018	Efeito resultado	2019	Efeito resultado	2020
a) Diferenças temporárias							
Cut-off de vendas	666	(53)	613	1.038	1.651	227	1.878
Provisão para demandas judiciais	213	23	236	28	264	153	417
Provisão para perdas de crédito esperadas	15	861	876	(800)	76	1.351	1.427
Provisão para perda nos estoques	900	(577)	323	(230)	93	1.493	1.586
Outros	-	247	247	1.009	1.256	(154)	1.102
Subtotal diferenças temporárias	1.794	501	2.295	1.045	3.340	3.070	6.410
b) Prejuízos Fiscais e Base Negativa							
Prejuízos fiscais acumulados	11.399	(140)	11.259	(468)	10.791	(2.041)	8.750
Base de cálculo negativa da contribuição social acumulada	4.104	(51)	4.053	(168)	3.885	(735)	3.150
Subtotal Prejuízos Fiscais e Base Negativa.	15.503	(190)	15.312	(636)	14.676	(2.776)	11.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.297	310	17.607	409	18.016	294	18.310
Compensações e Parcelamentos (Nota 22)							
Outros	-	(3.443)	-	(268)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Resultado	-	(3.133)	-	141	-	294	-

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização dos prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

	Valor
Exercício 2021	2.761
Exercício 2022	6.047
Exercício 2023	9.502

15 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros bens	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Aeronaves	Bens em construção	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	3.527	15.525	1.381	1.558	886	-	860	23.737
Adições	455	1.897	475	804	403	-	3.870	7.904
Baixas	-	(171)	(6)	(307)	(23)	-	(49)	(556)
Transferências	314	2.066	31	-	89	-	(2.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.296	19.317	1.881	2.055	1.355	-	2.183	31.085
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(547)	(7.818)	(540)	(574)	(704)	-	-	(10.183)
Depreciação	(142)	(1.374)	(140)	(257)	(134)	-	-	(2.047)
Baixas	-	72	-	200	15	-	-	287
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(689)	(9.120)	(680)	(631)	(823)	-	-	(11.943)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.607</u>	<u>10.195</u>	<u>1.201</u>	<u>1.424</u>	<u>532</u>	<u>-</u>	<u>2.183</u>	<u>19.142</u>
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.296	19.315	1.881	2.055	1.355	-	2.183	31.085
Adições	-	2.475	276	560	585	-	1.927	5.823
Baixas	-	(83)	(2)	(300)	-	-	(155)	(540)
Transferências	1.018	26	-	-	-	-	(1.044)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.314	21.733	2.155	2.315	1.940	-	2.911	36.368
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(689)	(9.120)	(680)	(631)	(823)	-	-	(11.943)
Depreciação	(159)	(1.788)	(197)	(319)	(275)	-	-	(2.738)
Baixas	-	31	1	193	-	-	-	225
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(848)	(10.877)	(876)	(757)	(1.098)	-	-	(14.456)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.466	10.856	1.279	1.558	842	-	2.911	21.912

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros bens	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Aeronaves	Bens em construção	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.314	21.733	2.155	2.315	1.940	-	2.911	36.368
Adições	-	6.830	175	1.564	739	8.849	9.371	27.528
Baixas	-	(148)	(7)	(827)	(135)	-	-	(1.118)
Aquisições de ativos (a)	286	2.665	166	39	8	-	8.856	12.020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.600	31.080	2.489	3.091	2.552	8.849	21.138	74.798
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(848)	(10.877)	(876)	(757)	(1.098)	-	-	(14.456)
Depreciação	(169)	(2.130)	(212)	(397)	(386)	(74)	-	(3.367)
Baixas	-	75	5	464	130	-	-	673
Aquisições de ativos (a)	(10)	(859)	(45)	(31)	(3)	-	-	(948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.027)	(13.791)	(1.128)	(721)	(1.357)	(74)	-	(18.098)
Valor líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.573	17.289	1.361	2.370	1.195	8.775	21.138	56.700

Provisão para redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis.

Conciliação das adições de imobilizado com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia adquiriu ativos imobilizados no valor de R\$ 39.548 (R\$ 5.823 em 2019 e R\$ 7.904 em 2018), tendo desembolsado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 R\$ 34.228 (R\$ 5.285 em 2019 e R\$ 7.052 em 2018).

a. Aquisições de ativos

Em 6 de janeiro de 2020, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da Glouben Farmacêutica Ltda., e tem como objetivo a utilização dos ativos adquiridos através do contrato de compra e venda. A Companhia considerou que a aquisição dessa empresa não estava sob o escopo da norma CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, uma vez que na data da aquisição, a Companhia assumiu os riscos de construir os ativos e implantar processos para geração de venda, assim, o grupo de ativos adquiridos não satisfaziam a definição de negócio definido no tópico B7 do CPC 15 (R1). Foi adquirido 100% das quotas pelo valor total de R\$ 12.500, e, em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto a pagar é de R\$ 5.781.

16 Intangível

	Softwares	Outros	Desenvolvimento	Total
Custo ou avaliação				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	534	-	-	534
Adições	408	-	-	408
Saldo em 31 de dezembro de 2018	942	-	-	942
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(456)	-	-	(456)
Amortização	(105)	-	-	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(561)	-	-	(561)
Valor líquido	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	381	-	-	381
Custo ou avaliação				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	941	-	-	941
Adições	148	-	-	148
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.089	-	-	1.089
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(561)	-	-	(561)
Amortização	(102)	-	-	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(663)	-	-	(663)
Valor líquido	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	426	-	-	426

	Softwares	Outros	Desenvolvimento	Total
Custo ou avaliação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.089	-	-	1.089
Adições	163	-	7.677	7.840
Incorporação	-	43	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.252	43	7.677	8.972
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(663)	-	-	(663)
Amortização	(138)	-	-	(138)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(801)	-	-	(801)
Valor líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	451	43	7.677	8.172

a. Recuperação de custos com desenvolvimento

O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 7.677 e estão relacionados diretamente a projetos de desenvolvimento de novos medicamentos. O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula. Cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises financeiras e tendências do mercado no segmento em que a Companhia atua.

As principais premissas:

- O volume de vendas é baseado no nível de competitividade do mercado;
- O preço é determinado por meio de pesquisa de mercado;
- O custo de produção é baseado na estrutura de produtos semelhantes.

O valor recuperável estimado das moléculas em desenvolvimento foi maior que o valor contábil registrado e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida em 31 de dezembro de 2020.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais	29.900	11.040	7.343
Fornecedores estrangeiros	4.654	11.134	7.658
Fornecedores serviços	517	299	513
Total de fornecedores e outras contas a pagar	35.072	22.472	15.514

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a “Fornecedores” encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 29.

18 Arrendamentos

Os contratos de arrendamento referem-se a imóveis destinados a instalações de seus escritórios e seu centro de distribuição.

A movimentação do ativo de direito de uso é a seguinte:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial - IFRS 16 (CPC 06 (R2))	7.242
Saldo em 01 de janeiro de 2019	7.242
Atualização	274
Adição de novos contratos	2.021
Amortização	(1.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.202
Atualização	292
Adição de novos contratos	1.735
Amortização	(2.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.184

As taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso em 31 de dezembro 2020 estão apresentadas a seguir:

Classe	Prazos contratados	Encargos anuais
Centro de distribuição	Até 3 anos	12%
Planta fabril e escritório	Até 10 anos	13%

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	
Adoção inicial - IFRS 16 (CPC 06 (R2))	(7.242)	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(7.242)	
Juros do período	(904)	
Atualização	(274)	
Adição de novos contratos	(2.021)	
Pagamento de principal	985	
Pagamento de juros	904	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(8.552)	
Juros do período	(1.173)	
Atualização	(301)	
Adição de novos contratos	(1.735)	
Pagamento de principal	1.666	
Pagamento de juros	1.173	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(8.922)	
	31/12/2019	31/12/2020
Circulante	(1.423)	(1.969)
Não circulante	(7.129)	(6.953)

Em 31 de dezembro de 2020, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

Prazos	Valor presente	Total de pagamentos até o final do contrato
Menos de 1 ano	1.969	2.977
1 a 2 anos	1.886	2.658
2 a 3 anos	1.767	2.300
3 a 4 anos	1.352	1.696
4 a 5 anos	555	774
Mais de 5 anos	1.393	1.625
Valor bruto	8.922	12.030
Potencial PIS e COFINS a recuperar (a)	(829)	(1.113)
Valor líquido	8.093	10.917

- (a) Os referidos créditos foram considerados somente das unidades produtivas que configuram-se na tomada do direito de crédito que poderão se realizar materialmente diferente dos montantes demonstrados acima devido a possibilidade da alíquota efetiva ser diferente da teórica ou os pagamentos não estarem mais sujeitos a tomada de crédito. Montante relativo ao potencial direito de crédito de PIS e COFINS sobre pagamentos dos arrendamentos conforme divulgação prevista no Ofício Circular CMV/SNC/SEP/Nº 02/2019 representando uma estimativa.

A Companhia arrenda outros ativos com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. O valor reconhecido como despesa em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.399 (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2019).

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade das dívidas	Moeda	2018	2019	2020	Indexador	Taxa (a.a.)	2020	2019	2018
Capital de giro	BRL	15/03/2023	15/03/2023	28/09/2024	CDI + Pré Fixada	4,5% a 14,65% a.a	95.400	76.157	33.366
4131	USD	N/A	N/A	20/03/2023	CDI + Pré Fixada	4,5% a 14,65% a.a	28.159	-	-
4131	EUR	22/07/2021	22/07/2021	07/02/2022	CDI + Pré Fixada	4,5% a 14,65% a.a	8.833	4.433	8.137
Conta garantida	BRL	30/11/2019	30/01/2019	N/A	CDI + Pré Fixada	10% a 13% a.a	-	1.250	14.131
Duplicatas desc (Nota 9)	BRL	24/04/2019	29/04/2019	N/A	Pré Fixada	0,62% a 0,91% por operação	-	7.241	3.671
FINAME	BRL	15/10/2024	15/10/2024	15/10/2024	CDI + Pré Fixada	4% a 15,87% a.a	1.721	2.181	2.691
FINIMP	EUR	20/02/2019	03/06/2019	16/05/2021	Pré Fixada	2,97% a 18,36% a.a	15.052	3.313	3.163
							149.165	94.575	65.159
Circulante							73.675	40.021	37.275
Não circulante							75.490	54.554	27.884

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	2020	2019	2018
Saldo inicial	94.575	65.159	52.321
Captação	114.463	156.209	48.903
Apropriação de juros	10.998	7.252	6.660
Captação FINAME (efeito não caixa)	-	538	851
Pagamento de principal	(63.245)	(127.331)	(36.916)
Pagamento de juros	(7.626)	(7.252)	(6.660)
Saldo Final	149.165	94.575	65.159

31 de dezembro de 2020

Vencimento em	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	Total
Capital de giro	37.359	45.778	9.073	3.190	95.400
Empréstimo - USD	13.054	12.084	3.021	-	28.159
Empréstimo - EUR	7.750	1.083	-	-	8.833
FINAME	460	460	460	341	1.721
FINIMP	15.052	-	-	-	15.052
	73.675	59.405	12.554	3.531	149.165

31 de dezembro de 2019

Vencimento em	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	Total
Capital de giro	23.862	31.329	20.559	407	76.157
Empréstimo - EUR	3.898	535	-	-	4.433
Conta garantida	1.250	-	-	-	1.250
Duplicatas descontadas	7.241	-	-	-	7.241
FINAME	457	457	457	810	2.181
FINIMP	3.313	-	-	-	3.313
	40.021	32.321	21.016	1.217	94.575

31 de dezembro de 2018

Vencimento em	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	Total
Capital de giro	13.540	8.129	7.473	4.224	33.366
Empréstimo - EUR	3.694	3.238	1.205	-	8.137
Conta garantida	13.116	1.015	-	-	14.131
Duplicatas descontadas	2.695	976	-	-	3.671
FINAME	1.067	457	457	710	2.691
FINIMP	3.163	-	-	-	3.163
	37.275	13.815	9.135	4.934	65.159

A Companhia detém um empréstimo bancário no montante de R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2020, que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas nos próximos 3 anos. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido.

20 Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019	2018
Provisão para férias e encargos	3.323	3.054	2.474
INSS a recolher	1.033	813	630
FGTS a recolher	323	260	197
IRRF sobre folha	289	265	293
Outras	19	14	21
Total das obrigações sociais e trabalhistas	4.987	4.406	3.615

21 Obrigações fiscais

	2020	2019	2018
ICMS a recolher	2.630	1.341	766
PIS a recolher	328	112	96
COFINS a recolher	1.555	534	450
PIS, COFINS e CSLL retidos	223	66	29
ISS a recolher	18	41	10
IOF a recolher	562	562	159
Outros	102	36	10
Total das obrigações fiscais	5.418	2.692	1.520

22 Parcelamentos fiscais e previdenciários

	2020	2019	2018
Parcelamento de ICMS	193	464	1.531
Parcelamento de PIS e COFINS	505	792	1.082
Parcelamento de IRPJ e CSLL	1.827	843	728
Parcelamento de INSS e FGTS	26	103	182
Refis MP 783/17	1.983	2.202	2.433
Refis MP 899/19	1.066	-	-
Parcelamento de IOF	170	-	-
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários	5.770	4.404	5.956
Circulante	2.544	1.383	1.952
Não circulante	3.226	3.020	4.003

O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017 e Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social.

A Companhia aderiu esses programas com saldos que cumpriam os requisitos para a inclusão. Em 2017 a Companhia aderiu ao PERT e em dezembro de 2018 realizou sua consolidação.

Quanto aos parcelamentos estaduais (débitos de ICMS), a Companhia possui parcelamentos consolidados em exercícios anteriores realizados através de programas especiais de parcelamento (PEP do ICMS) e um parcelamento ordinário que se encerram em 2020.

Em relação aos impostos federais, a companhia possui parcelamentos previdenciários e não previdenciários realizados em exercícios anteriores. Há um parcelamento de INSS que se encerra em 30 de abril de 2021 e parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerram até 2022.

Por conta da incorporação da Companhia Equaliv Pharma Ind. Com. Dist. Ltda, ocorreu a assunção de compromissos de pagamento tributário.

Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparcelando os débitos existentes no PRT e demais débitos abrangidos com parcelas que se encerram em 2030. Parcelamentos simplificados de PIS e Cofins que se encerram até 2022.

Passivo tributário estadual relativos a débitos de ICMS, parcelados através de Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS) que se encerram até 2023 e parcelamento ordinário de ICMS que se encerrou em agosto de 2020..

23 Provisão para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais	2020	2019	2018
Tributário	-	1	1
Cível	383	12	12
Trabalhista	842	764	682
	<u>1.225</u>	<u>777</u>	<u>695</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Em 2020	Saldo Inicial	Adições	Atualização	Baixas	Saldo Final
Trabalhista	764	78	-	-	842
Cível	12	383	-	(12)	383
Tributário	1	-	-	(1)	-
	<u>777</u>	<u>461</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>1.225</u>
Em 2019	Saldo Inicial	Adições	Atualização	Baixas	Saldo Final
Trabalhista	682	-	82	-	764
Cível	12	-	-	-	12
Tributário	1	-	-	-	1
	<u>695</u>	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>777</u>
Em 2018	Saldo Inicial	Adições	Atualização	Baixas	Saldo Final
Trabalhista	627	-	55	-	682
Cível	-	12	-	-	12
Tributário	-	1	-	-	1
	<u>627</u>	<u>13</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>695</u>

A Companhia é ré em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

Periodicamente, a administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 1.225 em 2020 (R\$ 777 em 2019 e R\$ 695 em 2018), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com possibilidade possível de perda somam o montante de R\$ 1.306 e compreendem processos de cunhos cível e tributários (R\$ 915 em 2019 e R\$ 1.391 em 2018).

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
Ações	Capital Social	Ações	Capital Social	Ações/Quotas	Capital Social
30.304.848	3.920	30.304.848	46.736	7.923.569	8.783

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social está apresentado pelo montante de R\$ 3.920 subscrito e integralizado, divididos em 30.304.848 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo este total já integralizado (R\$ 46.736 divididos em 30.304.848 ações em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 8.783 divididos em 7.923.569 ações em 31 de dezembro de 2018).

Conforme nota explicativa 1.2(a), em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda. Como resultado, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital social em R\$ 37.953, passando de R\$ 8.783 para R\$ 46.736 mediante a incorporação do acervo líquido da Equaliv Pharma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda.

Conforme nota explicativa 1.2(b), em 26 de novembro de 2020, foi aprovada a incorporação reversa da Value Pharma Investimentos e Participações S.A.. Como resultado, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital social em R\$ 6.297, passando de R\$ 46.736 para R\$ 53.033 mediante a incorporação do acervo líquido da Value Pharma Investimentos e Participações S.A..

Os ativos e passivos líquidos da Value Pharma Investimentos e Participações S.A. foi avaliado no valor de R\$ 30.828. Tendo em visto que a incorporada era sócia da incorporadora e que parte dos ativos se referem ao investimento detido pela incorporada na incorporadora, o valor do acervo líquido incorporado que resultou em aumento de Capital Social da incorporadora foi de R\$ 6.297. O saldo do investimento na Companhia registrado na controladora foi eliminado no processo de incorporação sendo registrado no patrimônio líquido na rubrica de prejuízos acumulados como transação com acionista.

Conforme nota b abaixo, a Companhia possui reserva de incentivo fiscal onde somente pode ser utilizado sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos. Dessa forma, em 21 de dezembro de 2020 os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital social mediante a capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal, aumentando, portanto, o capital social em R\$ 7.530, passando de R\$53.033 para R\$ 60.563.

Ainda em 21 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia foi reduzido no montante de R\$ 56.643 para absorção de seus prejuízos acumulados, tendo como base os saldos existentes nos balanços patrimoniais naquela data. Dessa forma, o capital social reduziu de R\$ 60.563 para R\$ 3.920.

Movimentos societário por ações:

	Althaia	Equaliv	VPP	VPIP
Em 31 de dezembro de 2018	7.923.569	3.006.753	145	226.743
Emissões de ações (i) (ii)	22.381.279	-	-	-
Desdobramento de ações (iii)	-	-	-	22.674.300
Cancelamentos de ações (iv)	-	(3.006.753)	(145)	(226.743)
Em 31 de dezembro de 2019	30.304.848	-	-	22.674.300
Cancelamentos de ações (iv)	-	-	-	(22.674.300)
Em 31 de dezembro de 2020	30.304.848	-	-	-

- (i) Em 27 de novembro de 2019 foram emitidas 1.413.006 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal oriundas da incorporação reversa da VPP.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 foram emitidas 20.968.273 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal oriundas da incorporação da Equaliv.
- (iii) Desdobramento de ações em 04 de setembro de 2019 na proporção de 1 para 100, sem modificação do capital social e preservando todos os direitos dos acionistas.
- (iv) Cancelamento de ações devido as incorporações descritas na nota explicativa 1.1

b. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, com natureza de incentivo para investimento, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário junto a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, mediante assinatura de Regime Especial de Tributação. Tais benefícios permitem a redução financeira do montante a ser recolhido referente o passivo tributário do ICMS. A diferença entre o recolhimento e o passivo tributário é reconhecida no resultado do exercício como incremento da receita operacional líquida, e posteriormente, transferido na sua totalidade para reserva de incentivos fiscais.

Durante o exercício de 2020, a Administração da Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.233 (R\$ 7.530 em 2019 após incorporação da Equaliv) onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituído R\$ 784 referente a reserva legal (zero em 31 de dezembro de 2019 e 2018) devido ao limitador do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados. As destinações são aprovadas pelos acionistas em Assembleia própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras.

Na próxima Assembleia Geral a ser realizada a Companhia irá propor a aprovação de integralização de capital no montante de R\$ 13.285, referente a reserva de retenção de lucro para atendimento do artigo 199 da Lei 6.404/76.

e. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2020
Lucro líquido do exercício	48.911
(-) Reserva legal	(784)
	<hr/>
(-) Reserva de incentivos fiscais	(20.233)
Base para dividendos	27.894
	<hr/>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.974
Dividendos adicionais	4.408
	<hr/>
Dividendos a distribuir	11.382
	<hr/> <hr/>

A movimentação dos dividendos a pagar está assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2020	-
Dividendos totais	11.382
Dividendos pagos no exercício (i)	<u>(10.129)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u><u>1.253</u></u>

- (i) O desembolso de caixa foi de R\$ 1.788, considerando a dedução do contas a receber com a acionista FirstBrand Consultoria e Assessoria em Marketing Ltda., no montante de R\$ 8.341.

25 Receita

A Companhia gera receita principalmente pela fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos em geral.

Abaixo a Companhia apresenta a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.

	2020	2019	2018
Receita bruta tributável	358.611	256.652	153.351
Menos:			
Impostos sobre vendas	(74.152)	(35.315)	(19.017)
Abatimentos e devoluções	<u>(27.722)</u>	<u>(18.092)</u>	<u>(14.268)</u>
Mais:			
Subvenção governamental	<u>20.233</u>	<u>11.625</u>	<u>-</u>
Total da receita	<u><u>276.969</u></u>	<u><u>210.581</u></u>	<u><u>120.066</u></u>

a. Desagregação da receita de contratos com clientes

A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	2020	2019	2018
Venda de produtos	264.888	187.079	98.073
Industrialização	9.582	18.620	19.091
Serviços	2.499	4.882	2.902
Total da receita operacional líquida	<u><u>276.969</u></u>	<u><u>210.581</u></u>	<u><u>120.066</u></u>

- Venda de produtos

As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles:

- **Portfólio próprio** – Tratam-se dos produtos de Registro e Comercialização da própria empresa Althaia, é o que chamamos também de Portfólio Próprio, são nossa Linha ALTHAIA onde se encontram os Medicamentos que tecnicamente pertencem às categorias de Genéricos, Similares, Notificação Simplificada e Específicos (classificação ANVISA), e nossos produtos da Linha EQUALIV, onde se encontram os Suplementos Alimentares, ou tecnicamente classificados como Alimentos.

- **Full Service** – Esse grupo é representado pelas parcerias que a empresa possui com outros laboratórios, é quando a Althaia produz um Medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/vendendo para esse laboratório o produto acabado final, pronto para sua comercialização. Via de regra, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e buscam no mercado este tipo de serviço. Tivemos no ano de 2019 parceiros como Eurofarma, Ache, Biolab, Grunenthal, Brainfarma, Cosmed e Exeltis.
- **Marcas Exclusivas** – Aqui encontram-se as parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria “marca”, toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althaia, o que é feito é uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente daquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto.

- **Industrialização**

Tratam-se dos serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios.

- **Serviços P&D**

Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althaia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotoestabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA).

Saldo de contrato

Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de ‘contas a receber de clientes’ (veja nota explicativa 9).

Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.

Tipo de produtos e serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de produtos	Representam venda de produtos farmacêuticos, com faturamento de acordo com cada linha de produtos e negociação particular de entrega e prazo de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Os prazos de pagamento dependem do segmento e do contrato firmado os prazos podem variar de pagamento à vista até 180 dias em média para pedidos de maior volume.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Industrialização	Representa a terceirização de produção de medicamentos de terceiros	A receita é reconhecida conforme os produtos são produzidos
Serviço	Representa o fornecimento de serviços de desenvolvimento de produtos para parceiros.	A receita é reconhecida ao conforme os serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

26 Custo e despesas por natureza

	2020	2019	2018
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(121.711)	(87.005)	(48.790)
Depreciação e amortização	(5.553)	(4.176)	(2.153)
Despesas com pessoal	(40.948)	(35.810)	(25.683)
Despesas com campanhas de vendas	(7.960)	(7.527)	(4.144)
Despesas com fretes sobre vendas	(5.400)	(4.412)	(1.782)
Despesas com pessoal em pesquisa e desenvolvimento	(11.486)	(11.395)	(8.237)
Despesas gerais com pesquisa e desenvolvimento	(14.618)	(17.950)	(13.812)
	(207.676)	(172,564)	(104.601)
Classificados como			
Custos dos produtos vendidos	(118.513)	(99.119)	(54.782)
Despesas com vendas	(6.122)	(5.666)	(2.688)
Despesas gerais e administrativas	(55.098)	(34.292)	(22.658)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.838)	148	(2.424)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(26.104)	(29.346)	(22.049)
	(207.676)	(168.275)	(104.601)

27 Resultado financeiro

	2020	2019	2018
Juros recebidos	113	35	26
Descontos recebidos	52	188	134
Receita de aplicação financeira	114	40	7
Ganhos com instrumentos derivativos	910	-	-
Receitas financeiras	1.189	263	167
Encargos financeiros	(12.180)	(8.149)	(6.668)
Descontos concedidos	(812)	(1.095)	(1.715)
Despesas bancárias	(157)	(78)	(615)
Perdas com instrumentos derivativos	(79)	(369)	(569)
Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”)	(227)	(1.354)	(1.036)
	(13.455)	(11.045)	(10.603)
Variação cambial	(3.501)	(16)	(759)
Despesas financeiras	(16.956)	(11.061)	(11.362)
Despesa financeira líquida	(15.767)	(10.798)	(11.195)

28 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019	2018
Conciliação da alíquota de imposto efetiva			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.070	31.660	6.284
(-) Tributação por lucro presumido - Equaliv	-	(19.941)	(5.744)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - Althaia	55.070	11.719	540
Adições/exclusões Permanentes	(39.946)	(8.780)	929
Adições/ exclusões Temporárias	12.089	5.106	3.048
Prejuízos fiscais	(8.163)	(2.645)	(1.696)
Outros	(934)	(465)	191
Lucro tributável	18.116	4.935	3.012
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(6.159)	(1.678)	(1.024)
Imposto de renda e contribuição social correntes - Althaia	(6.453)	(2.087)	(1.334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Althaia	294	409	310
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.159)	(1.678)	(1.024)
Alíquota efetiva	11%	5%	15%
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido - Althaia	(6.159)	(1.678)	(1.024)
Tributação por lucro presumido - Equaliv	-	(2.432)	(1.513)
Compensações e Parcelamentos - (Nota 14.d)	-	(268)	(3.443)
Imposto corrente Althaia e Equaliv	(6.159)	(4.378)	(5.980)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia recolheu imposto sobre a renda e contribuição social sobre lucro líquido, tendo desembolsado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 R\$ 773 (R\$ 2.242 em 2019 e R\$ 1.238 em 2018).

29 Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil não é materialmente diferente do valor justo.

Ativos financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	-	11.227	11.227
Contas a receber de clientes (Nota 9)	-	78.998	78.998
Instrumentos financeiros derivativos	910	-	910
Outros créditos	-	1.908	1.908
	910	92.133	93.043

Passivos financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	-	35.072	35.072
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	149.165	149.165
Instrumentos financeiros derivativos	216	-	216
Contas a pagar de aquisições de ativos	-	5.781	5.781
Outros passivos	-	2.822	2.822
	216	192.840	193.056

Política de gestão de riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial

a. Exposição a riscos cambiais

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores dos EUA e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas.

A Companhia contrata operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações. As operações de hedge cobrem grande parte das obrigações em dólares e euros.

Passivos	Fator de risco	2020	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos	USD	216	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	EUR	-	569	511
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	USD	28.159	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	EUR	23.885	7.746	11.320
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)	USD	4.163	5.183	2.178
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 17)	EUR	491	5.951	5.480
		56914	19.449	19.489

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e euros em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano e euro usados no cenário provável.

O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio nas datas base para as operações com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

2020				
Instrumento	Fator de risco	Cenários		
		Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do USD	216	270	324
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	Alta do USD	28.159	35.199	42.239
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	Alta do EUR	23.885	29.856	35.828
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do USD	4.163	5.204	6.245
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do EUR	491	614	737
		56.914	71.143	85.371
2019				
Instrumento	Fator de risco	Cenários		
		Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do EUR	569	711	853
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	Alta do USD	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	Alta do EUR	7.746	9.683	11.619
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do USD	5.183	6.478	7.775
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do EUR	5.951	7.439	8.927
		19.449	24.311	29.173
2018				
Instrumento	Fator de risco	Cenários		
		Saldo	25%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do EUR	511	639	766
Empréstimos em moeda estrangeira (nota 19)	Alta do EUR	11.300	14.125	16.950
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do USD	2.178	2.723	3.264
Fornecedores estrangeiros (nota 17)	Alta do EUR	5.480	6.850	8.220
		19.469	24.337	29.203

a. Riscos de flutuação nas taxas de juros

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

	2020	2019	2018
Aplicações financeiras (Nota 8)	7.573	309	33
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	<u>(149.165)</u>	<u>(94.575)</u>	<u>(65.159)</u>
	<u>(141.592)</u>	<u>(94.266)</u>	<u>(65.126)</u>

Em 31 de dezembro de 2020, dos saldos de Empréstimos e Financiamentos de R\$ 149.165 na Companhia são 63,96% referente a Capital de Giro, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4,5% a 14,65% a.a., 24,80% referente a Captação no Exterior - 4131, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4,5% a 14,65% a.a., 10,09% referente a FINIMP, cuja taxa de juros pré fixada, tem um custo médio de 2,97% a 18,36% a.a., e 1,15% referente a FINAME, cuja taxa de juros, de forma simplificada, é CDI + Pré Fixada de 4% a 15,87% a.a.

b. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorre de recebíveis, transações com derivativos, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

c. Riscos de liquidez

É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 44.981 mil (2019: R\$ 33.851 mil e 2018: 15.039) e as saídas esperadas de caixa para fornecedores e outras contas a pagar com vencimento em dois meses foram de R\$ 24.310 mil (2019: R\$ 20.450 mil e 2018: 11.034). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Além disso, a Companhia possui as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 20 milhões de linha de crédito para saque a descoberto sem garantias reais, somente Aval, que podem ser sacados para atender a necessidade de caixa de curto prazo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 0,3% a.a.
- R\$ 40 milhões de linha de crédito pré-aprovadas com 50% de garantia real, que podem ser sacados em até 36 parcelas para atender necessidade de caixa não prevista. Os juros seriam CDI mais 3,75% a.a.

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Valor Contábil	Até 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	35.072	35.072	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	149.165	80.471	56.459	18.863	5.891
Instrumentos financeiros derivativos	216	216	-	-	-
Contas a pagar de aquisições de ativos	5.781	1.875	3.750	156	-
Outros passivos	2.822	2.822	-	-	-
	<u>193.056</u>	<u>120.456</u>	<u>60.209</u>	<u>19.019</u>	<u>5.891</u>

d. Gestão de capital

A Companhia monitora seu capital com base na dívida líquida e seu índice de alavancagem financeira. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, empréstimos de parceiros empresariais, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa.

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	149.165	94.575	65.159
Instrumentos financeiros derivativos	216	569	686
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	35.072	22.473	15.514
Passivo de arrendamento (Nota 18)	8.922	8.552	-
Contas a pagar de aquisições de ativos	5.781	-	-
Outros passivos	2.822	557	1.118
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(11.227)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>(304)</u>
Dívida líquida	<u>190.751</u>	<u>124.421</u>	<u>82.173</u>
Total do patrimônio líquido	<u>38.222</u>	<u>8.973</u>	<u>(9.540)</u>
Índice de alavancagem financeira - %	20,0%	7,2%	(11,6%)

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020, 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais.

	2020	2019	2018
Efeito dos derivativos no balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	347	-	-
Não circulante	<u>563</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	910	-	-
Passivo			
Circulante	216	329	136
Não circulante	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>375</u>
	216	569	511
Efeito dos derivativos no resultado			
Perda reconhecido no resultado	<u>79</u>	<u>369</u>	<u>569</u>
	79	369	569
Efeito dos derivativos nos fluxos de caixa			
Liquidação financeira	<u>(1.342)</u>	<u>(311)</u>	<u>(58)</u>
	(1.342)	(311)	(58)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

30 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias diluídas.

	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores	48.911	27.282	304
Média ponderada combinada da quantidade de ações	<u>30.304.848</u>	<u>30.304.848</u>	<u>10.930.322</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,61</u>	<u>0,90</u>	<u>0,02</u>

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 140.372 para lucros cessantes, R\$ 150.600 para danos materiais e R\$ 2.200 para responsabilidade civil.

Apólice de seguro com vigência de 6/12/2020 até 6/12/2021, com prêmio de R\$ 193, registrado como despesa antecipada no grupo de Outros créditos, ativo circulante.

32 Eventos subsequentes

a. Disputa judicial em andamento sobre o ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente decidiu entendimento (a) de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e (b) de que os efeitos dessa exclusão devem se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até (inclusive) essa data. A companhia se enquadra no contexto das sociedades que, no cômputo do valor do PIS e da COFINS, consideraram o ICMS na base de cálculo, ingressaram com ações judiciais, para salvaguardar seus direitos e, agora, se veem diante da decisão de reconhecer um ativo.

A Companhia ingressou com ação judicial anteriormente à 15 de março de 2017, questionando seu direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS que compreende o período de apuração de tributos de 12 de maio de 2011 a 12 de maio de 2016.

Em 24 de maio de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, que autoriza a dispensa da interposição de recursos e contestações nos processos que discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A PGFN orientou ainda a Administração Tributária a adotar, em relação a todos os seus procedimentos, o entendimento da referida decisão do STF. Nesse sentido, a PGFN orientou a Receita Federal a ajustar, de forma imediata, todos os procedimentos, rotinas e normativos relativos à cobrança do PIS e da COFINS a partir de 16 de maio de 2017, “em relação a todos os contribuintes, considerando a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado em notas fiscais na base de cálculo dos referidos tributos”.

Em decorrência da decisão do STF e orientação da PGFN ao fisco em não mais recorrer das decisões judiciais envolvendo o tema (efeito vinculante), a Companhia, embora não tendo sua ação transitada em julgado, avaliou que não há fatores de risco que lhe impeçam de ter o seu direito assegurado com relação à tal pleito, assim atingindo o patamar de praticamente certo o ganho sobre essa demanda judicial no segundo trimestre de 2021.

Desde novembro de 2017 a companhia iniciou a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da Cofins, e com a publicação da Solução de Consulta Interna – COSIT nº 13 de 2018 a Companhia, de forma conservadora, passou a excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins apenas o ICMS efetivamente recolhido. Dessa forma, fazem parte dos valores levantados como crédito o ICMS destacado do período de 5 anos anteriores a data do processo protocolado pela Companhia (em 12 de maio de 2016) até outubro de 2017 e a diferença entre o ICMS destacado e o efetivo no período de novembro de 2018 a junho de 2021.

A Companhia concluiu o levantamento dos créditos dos valores envolvidos em seu(s) processo(s) e em sua melhor estimativa dos valores a serem recuperados, antes dos efeitos fiscais, é de R\$ 3.433, que serão reconhecidos nas demonstrações financeiras trimestrais de 30 de junho de 2021.

* * *

Jairo Aparecido Yamamoto
Diretor Presidente

Allysson Fernando Yamamoto
Diretor Financeiro

Thales Gabriel Viana
Gerente de Controladoria

Alexandre de Souza Dias
Contador
CRC SP-281855-O-5